



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



GABRIEL LIMIRIO BATISTA DA SILVA

**A APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL NO CURSO
DE FORMAÇÃO DE SOLDADO**

GOIÂNIA-GO

2025

GABRIEL LIMIRIO BATISTA DA SILVA

**A APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL NO CURSO
DE FORMAÇÃO DE SOLDADO**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Antônio Fagner Sampaio Monteiro.

GOIÂNIA-GO

2025

A APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADO

APPLICATION OF POLICE INTELLIGENCE KNOWLEDGE IN THE SOLDIER TRAINING COURSE

Gabriel Limirio Batista da Silva¹
Antônio Fagner Sampaio Monteiro²

Resumo

Este trabalho visa analisar a viabilidade de inserir a disciplina “Operações de Inteligência Policial” no Curso de Formação de Praças (CFP) da PMGO, com base em dados coletados junto a policiais em formação e em exercício. Os resultados apontam que a maioria dos participantes reconhece a importância estratégica da inteligência policial e considera essencial sua presença na grade curricular. A pesquisa também revela que muitos policiais não se sentem preparados para lidar com o crime organizado, o que reforça a urgência de uma formação mais analítica e preventiva. A proposta da disciplina visa desenvolver competências que vão além da abordagem tática, como a capacidade de interpretar sinais, antecipar ameaças e colaborar na produção de conhecimento estratégico. Ao integrar esse conteúdo desde a formação inicial, a PMGO pode fortalecer sua atuação frente aos desafios contemporâneos da segurança pública. Além disso, a inclusão da disciplina contribui para a valorização da atividade de inteligência dentro da corporação, promovendo uma cultura institucional voltada à análise crítica, à troca de informações e à atuação preventiva.

Palavras-chave: Polícia Militar; Inteligência Policial; Segurança Pública.

Abstract

This study aims to analyze the feasibility of including the "Police Intelligence Operations" course in the PMGO's Enlisted Training Course (CFP), based on data collected from in-service and in-service officers. The results indicate that most participants recognize the strategic importance of police intelligence and consider its inclusion in the curriculum essential. The survey also reveals that many officers do not feel prepared to deal with organized crime, which reinforces the urgency of more analytical and preventive training. The course aims to develop skills that go beyond the tactical approach, such as the ability to interpret signals, anticipate threats, and collaborate in the production of strategic knowledge. By integrating this content from initial training, the PMGO can strengthen its performance in the face of contemporary public safety challenges. Furthermore, the inclusion of the course contributes to the valorization of intelligence activities within the force, fostering an institutional culture focused on critical analysis, information exchange, and preventive action.

Keywords: Military Police; Police Intelligence; Public Security.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: limiriogabriel99@gmail.com. Telefone: (62) 99323-9717.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Direito e Especialista em Direito Penal, Penal Militar e MBA de Gestão de Polícia Ostensiva. Email: fagnersampa@outlook.com. Telefone: (62) 982755-5726.

1 INTRODUÇÃO

A atividade policial, em um contexto de transformações sociais e da crescente complexidade das práticas criminosas, exige profissionais aptos não apenas à execução operacional, mas também capazes de compreender os fatores que estruturam a criminalidade. No Estado de Goiás, essa realidade evidencia a necessidade de revisar o processo de formação dos soldados da Polícia Militar, em especial quanto à inclusão de conteúdos voltados à inteligência policial.

O modelo de criminalidade predominante no Brasil deixou de ser caracterizado por crimes isolados, passando a ser dominados por facções organizadas, estruturadas dentro e fora do sistema prisional, articuladas com o tráfico internacional de drogas e armas, a lavagem de dinheiro e o domínio territorial. Em Goiás, além da presença de organizações nacionais como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), observa-se o fortalecimento de grupos regionais, como a “ADE” e os “Amigos do Estado”, o que torna insuficiente a atuação baseada apenas no policiamento ostensivo.

Apesar da relevância estratégica da inteligência policial, a formação inicial dos policiais militares ainda apresenta lacunas significativas, pela ausência de uma disciplina específica no Curso de Formação de Praças (CFP) da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO). Essa deficiência compromete a compreensão da lógica de funcionamento das facções, a identificação de perfis criminosos e a capacidade de reconhecer sinais e indicadores de ações coordenadas.

Diante desse cenário, a inclusão da disciplina “Operações de Inteligência Policial” no CFP da PMGO apresenta-se como medida necessária e alinhada às demandas contemporâneas da segurança pública. Tal disciplina visa fornecer noções de inteligência e contrainteligência, capacitar os futuros soldados para compreender a atuação das facções criminosas, identificar ameaças, subsidiar planejamentos operacionais e adotar postura preventiva em situações que envolvam o crime organizado. Além de aprimorar a formação individual, a medida fortalece o fluxo de informações dentro da instituição e valoriza a atividade de inteligência como prática permanente.

Cabe destacar que a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), vinculada ao Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), recomenda que o conhecimento de inteligência seja disseminado entre todas as forças de segurança como ferramenta essencial no enfrentamento da criminalidade. Assim, a formação do policial militar goiano não pode prescindir de tais conteúdos. Nesse contexto, este trabalho tem como problema de pesquisa:

como a disciplina de Operações de Inteligência Policial pode ser aplicada no Curso de Formação de Praças e de que forma essa aplicação contribui para a formação estratégica dos futuros policiais?

Para responder a esse questionamento, definiu-se como objetivo geral aumentar o conhecimento de inteligência policial na tropa da Polícia Militar do Estado de Goiás. Como objetivos específicos, busca-se implementar a matéria de operações de inteligência policial no Curso de Formação de Praças (CFP), identificar como o conteúdo de inteligência policial é abordado na grade curricular do presente curso e compreender as estratégias de ensino utilizadas para transmitir esse conhecimento e avaliar a percepção dos alunos sobre a importância e aplicabilidade da inteligência policial em sua futura atuação.

A relevância desta pesquisa se justifica pela necessidade de aperfeiçoar a formação dos policiais militares, considerando as atuais demandas operacionais e estratégicas no enfrentamento à criminalidade. A inserção efetiva da disciplina de inteligência policial no curso de formação representa um avanço significativo na qualificação dos profissionais, contribuindo para uma atuação mais técnica, eficiente e alinhada às exigências da segurança pública.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 O CURSO DE FORMAÇÃO DOS PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR

Cursos de Formação de Praças (CFP) da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) constitui a etapa inicial e obrigatória para o ingresso na carreira de praça, sendo direcionado ao desenvolvimento de competências técnicas, operacionais, cognitivas e comportamentais indispensáveis à atividade policial militar. Sua estrutura está alinhada aos princípios institucionais de hierarquia, disciplina e legalidade, buscando assegurar uma formação que atenda às demandas contemporâneas da segurança pública estadual.

A organização didático-pedagógica do curso está normatizada pelo Regimento de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás, instituído pela Instrução Normativa IS nº 3-PM, aprovada pela Portaria nº 13.313/2020 (Brasil, 2020). A matriz curricular contempla disciplinas como Direito, Armamento e Tiro, Defesa Pessoal, Direitos Humanos, Ética e Cidadania, além de outras áreas diretamente relacionadas à atividade policial. A formação é dividida em dois ciclos formativos: seis meses destinados à instrução teórica e três meses de estágio

supervisionado operacional, totalizando 1.693 horas-aula, conforme disposto no Regimento de Ensino (Brasil, 2020).

O ingresso no CFP se dá mediante concurso público, disciplinado pela Lei nº 15.704, de 19 de setembro de 2006, o qual prevê etapas eliminatórias e classificatórias, incluindo provas objetivas, exames médicos, testes de avaliação física, avaliação psicológica, investigação social e, por fim, a matrícula no curso de formação (Brasil, 2006). Durante esse período, o candidato adquire a condição de Aluno-Soldado, sendo-lhe atribuído um registro funcional provisório, cuja manutenção está condicionada ao desempenho satisfatório nas avaliações pedagógicas e disciplinares da corporação.

O Regimento de Ensino estabelece que o processo formativo na Polícia Militar deve desenvolver competências cognitivas, operacionais e atitudinais, por meio de metodologias que integrem teoria e prática, promovendo uma formação integral. Esse modelo tem por finalidade a consolidação de profissionais capazes de agir com autonomia intelectual, responsabilidade social e estrito compromisso com os valores democráticos e institucionais, como preconiza o artigo 3º do próprio regimento (Brasil, 2020).

Desde o advento da Lei nº 16.901, de 26 de janeiro de 2010, tornou-se obrigatória a exigência de curso superior como requisito para o ingresso na carreira de praça da PMGO (Brasil, 2010). Ademais, a partir de 2017, com o reconhecimento da Academia da Polícia Militar de Goiás como Escola de Governo, autorizado pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás, a instituição passou a ofertar cursos de pós-graduação lato sensu na área de Polícia e Segurança Pública, elevando, de forma significativa, o nível de qualificação acadêmica dos policiais militares (Brasil, 2017).

Diante desse panorama, constata-se que o CFP da Polícia Militar do Estado de Goiás representa um mecanismo estratégico para a qualificação profissional, alinhando formação técnico-operacional, rigor acadêmico e práticas pedagógicas que priorizam tanto a eficiência operacional quanto a observância dos direitos fundamentais. Dessa maneira, o sistema de ensino da PMGO se apresenta como instrumento indispensável para a construção de uma doutrina profissional mais preparada, crítica e apta a enfrentar os desafios da segurança pública contemporânea.

2.2 A INTELIGENCIA POLICIAL: CONCEITO E DENIFINÇÃO

A inteligência policial configura-se como ferramenta estratégica indispensável no âmbito da segurança pública contemporânea, sendo responsável pela produção de

conhecimentos sensíveis, oportunos e relevantes, destinados a subsidiar o processo decisório e a antecipação de ações delituosas. De acordo com a Doutrina de Atividade de Inteligência (2023), trata-se de uma atividade técnico-especializada, permanente e sistemática, que visa identificar, avaliar, acompanhar e neutralizar ameaças, sejam elas reais ou potenciais, mediante processos de coleta, análise, interpretação e difusão seletiva de informações, sempre em estrita observância aos princípios da legalidade, da finalidade e da proteção aos direitos e garantias fundamentais (ABIN, 2023).

No que se refere o contexto da Polícia Militar do Estado de Goiás, a atividade de inteligência policial encontra respaldo normativo na Portaria nº 720/2017, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, a qual institui o Sistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP/GO) e disciplina as diretrizes operacionais para o funcionamento do Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM) no âmbito da corporação (Brasil, 2017). Esse arcabouço normativo está em consonância com a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), editada em 2009, que estabelece parâmetros técnicos e operacionais para as atividades de inteligência desenvolvidas pelos órgãos de segurança pública no país.

A Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública - DNISP (2009) dispõe que a atividade de inteligência policial militar consiste no exercício contínuo e estruturado de ações especializadas voltadas à produção e à salvaguarda de conhecimentos essenciais para o assessoramento das instâncias decisórias e para o planejamento, execução e monitoramento de ações de segurança pública. Seu objetivo precípua é subsidiar medidas que visem prever, prevenir e neutralizar atos ilícitos e ameaças que possam comprometer a ordem pública, a incolumidade das pessoas e a proteção do patrimônio. No âmbito da Polícia Militar, essa atividade é materializada por meio das Agências de Inteligência (AIs), responsáveis pela operacionalização dos processos de inteligência em seus diversos níveis.

Ressalta-se que a atividade de inteligência não se confunde com investigação criminal, uma vez que seu escopo está centrado na obtenção de dados e conhecimentos estratégicos, táticos e operacionais, que sirvam de suporte à atuação ostensiva, bem como ao planejamento de operações e à formulação de políticas de segurança pública. Enquanto a investigação criminal tem natureza persecutória, vinculada à apuração de infrações penais, a inteligência policial se ocupa da antecipação de riscos e ameaças, mediante metodologia própria e princípios específicos.

A estrutura da atividade de inteligência na Polícia Militar está segmentada em três níveis hierárquicos, a saber: estratégico, tático e operacional. O nível estratégico compreende a

produção de conhecimentos de alta complexidade, destinados ao assessoramento das instâncias superiores da corporação, especialmente na formulação de políticas e diretrizes institucionais. Este nível é operacionalizado pela Agência Central de Inteligência (ACI), representada, no âmbito da PMGO, pela Diretoria de Inteligência – PM/2 (DNISP, 2009).

O nível tático, por sua vez, é responsável pela produção de conhecimento direcionado à circunscrição de atuação dos Comandos Regionais, sendo executado pelas Agências de Inteligência subordinadas às respectivas unidades. Por fim, o nível operacional consiste no apoio direto e imediato às ações de policiamento ostensivo, sendo desenvolvido, primordialmente, pelas Agências Locais de Inteligência (ALIs) e, em alguns casos, pelas Agências Regionais de Inteligência (ARIs), sempre dentro da competência territorial das Unidades Policiais Militares (DNISP, 2009).

Para Ferro (apud Silva *et al.*, 2012), a atividade de inteligência policial tem como finalidade precípua a produção de conhecimentos que amparem tanto a atividade de polícia ostensiva quanto a de polícia judiciária, especialmente no enfrentamento às organizações criminosas e à criminalidade de maior complexidade. Corroborando essa assertiva, Porcino Silva (2012) ressalta que a inteligência constitui ferramenta indispensável para a geração de informações estratégicas, dotadas de elevado potencial de impacto sobre as decisões institucionais e sobre a formulação de ações governamentais voltadas à preservação da ordem pública e da segurança da coletividade.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA POLICIAL NA FORMAÇÃO DO PRAÇA E O CURSO DE OPERAÇÕES DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR

No atual cenário da segurança pública, caracterizado pela dinamicidade das ameaças, pela complexidade dos fenômenos criminais e pela atuação cada vez mais sofisticada das organizações criminosas, a atividade de inteligência policial assume papel estratégico e indispensável. Nesse contexto, a formação do policial militar, especialmente no âmbito do Curso de Formação de Praças, não pode se limitar à preparação técnico-operacional tradicional, devendo contemplar, de forma estruturada, os fundamentos, princípios e práticas da atividade de inteligência.

Conforme estipula a DNISP, a inteligência policial é uma atividade permanente, sistemática e especializada, voltada à produção e salvaguarda de conhecimentos sensíveis, cuja finalidade precípua é subsidiar o processo decisório e promover a antecipação, a prevenção e a

neutralização de ameaças que possam comprometer a ordem pública, a incolumidade das pessoas e a proteção do patrimônio (Brasil, 2009).

A inclusão dos fundamentos da inteligência no processo formativo do soldado representa, portanto, uma necessidade institucional, capaz de contribuir para o desenvolvimento de competências analíticas, cognitivas e estratégicas, essenciais para uma atuação policial mais eficiente, proativa e alinhada às demandas contemporâneas. De acordo com Soares (2020), a inteligência policial é uma ferramenta fundamental para subsidiar o planejamento operacional, fornecendo informações estratégicas que permitem uma atuação mais precisa, qualificada e eficaz das forças policiais no enfrentamento da criminalidade.

Além dos conhecimentos básicos abordados no CFP, a Polícia Militar do Estado de Goiás disponibiliza, no âmbito de sua doutrina de ensino e capacitação continuada, o Curso de Operações de Inteligência da Polícia Militar (COIPM). Este curso, de caráter especializado, tem por finalidade a formação de operadores de inteligência aptos a atuar na coleta, análise, produção e difusão de conhecimentos estratégicos, táticos e operacionais, bem como no desenvolvimento de ações de contrainteligência, vigilância velada, salvaguarda de dados sensíveis e na identificação e neutralização de ameaças que possam comprometer a ordem pública (PMGO, 2022).

Regulamentado no âmbito da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás pela Portaria nº 720/2017, que institui o Sistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP-GO) e disciplina o funcionamento do Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM), o COIPM está alinhado aos parâmetros estabelecidos pela DNISP (Brasil, 2009; Brasil, 2017). O curso possui elevada exigência técnica, física e psicológica, sendo direcionado a policiais previamente selecionados, cuja aptidão e perfil profissional sejam compatíveis com as especificidades da atividade de inteligência.

O conteúdo programático do COIPM contempla disciplinas como fundamentos de inteligência, operações de campo, técnicas de vigilância e contra-vigilância, análise de dados, criptografia, segurança da informação, salvaguarda de conhecimentos sensíveis, além de técnicas específicas de busca e acompanhamento de alvos, sempre pautadas pelos princípios da legalidade, da finalidade e da proteção aos direitos fundamentais (PMGO, 2022).

De acordo com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP, 2022), a capacitação contínua dos operadores de inteligência é indispensável para a modernização das instituições policiais, permitindo que estas desenvolvam estratégias mais eficazes, seguras e alinhadas aos preceitos do Estado Democrático de Direito. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) corrobora essa compreensão, destacando que as unidades policiais que investem

na formação em inteligência apresentam maior eficiência na prevenção da criminalidade, na redução da violência e na proteção da integridade física dos agentes de segurança e da população.

Diante disso, verifica-se que tanto a inserção dos fundamentos de inteligência no CFSD quanto à formação especializada por meio do COIPM são essenciais para a consolidação de uma doutrina policial militar mais moderna, técnica e eficaz. A atividade de inteligência, portanto, não se apresenta como um elemento acessório na formação do policial, mas sim como um componente estruturante, capaz de potencializar a eficácia das ações ostensivas e garantir a segurança institucional e social, mediante uma atuação pautada na gestão qualificada do conhecimento, na antecipação de ameaças e no respeito intransigente aos direitos e garantias fundamentais.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e caráter exploratório, com o intuito de compreender as percepções de integrantes da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), incluindo alunos em formação e policiais em exercício acerca dos conteúdos relacionados à atividade de inteligência policial no Curso de Formação de Praças (CFP). A escolha por essa abordagem metodológica se fundamenta na proposta de Gil (2008), que destaca o valor das pesquisas exploratórias quando se trata de investigar fenômenos pouco estudados, possibilitando ao pesquisador maior familiaridade com o problema.

A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário eletrônico composto por doze perguntas fechadas, elaborado na plataforma Google Forms. A aplicação foi realizada entre os dias 10 e 25 de julho de 2025, por meio de um link digital direcionado aos policiais militares da corporação. O instrumento buscou captar percepções sobre a relevância da disciplina de Operações de Inteligência, o interesse por cursos especializados na área e a autoavaliação dos participantes quanto à sua capacidade de identificar padrões relacionados à atuação do crime organizado.

A utilização de recursos digitais facilitou o alcance dos participantes e a sistematização dos dados coletados, assegurando ainda a confidencialidade das informações, conforme os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. A amostragem foi não probabilística, por conveniência, sendo composta por voluntários vinculados à PMGO que aceitaram participar da pesquisa.

O público envolvido incluiu alunos do CFP e policiais militares em efetivo exercício, permitindo ampliar a compreensão do tema por meio de perspectivas formativas e operacionais complementares. A participação foi condicionada ao consentimento livre e esclarecido, garantindo o anonimato, o sigilo dos dados e o direito à desistência. A análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2016), que permite a identificação de núcleos de sentido e categorias relevantes a partir das respostas obtidas.

Inicialmente, os dados foram organizados pela própria interface do Google Forms, sendo posteriormente tratados no ambiente Google Sheets, onde foram agrupados e interpretados. Ainda que o instrumento contenha apenas perguntas fechadas, a análise teve caráter interpretativo, com foco nas tendências, convergências e divergências apresentadas pelos participantes. A interpretação foi orientada pelo referencial teórico adotado, sobretudo os conceitos de pesquisa em ciências sociais delineados por Lakatos e Marconi (2003).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para alcançar os objetivos propostos, foi elaborado um questionário com perguntas fechadas, destinado a investigar a percepção dos policiais militares acerca da inserção da disciplina de Operações de Inteligência no Curso de Formação dos Praças da Polícia Militar do Estado de Goiás. A aplicação foi realizada de forma online, por meio da plataforma Google Forms, entre os dias 10 a 25 de julho, obtendo um total de 111 respostas válidas. A escolha por perguntas fechadas visou facilitar a sistematização dos dados e possibilitar a identificação de padrões e tendências entre os participantes. Os resultados obtidos foram organizados em categorias analíticas, permitindo uma abordagem descritiva e interpretativa dos dados.

Gráfico 1 – Percentual de participantes com contato prévio sobre inteligência policial



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A primeira pergunta do questionário teve como propósito compreender se os respondentes haviam tido algum tipo de contato prévio com o tema “inteligência policial”, os resultados revelaram que 82% dos participantes indicaram já terem tido experiências anteriores com o assunto, enquanto 18% afirmaram não possuir tal vivência.

Gráfico 2 – Opinião dos participantes sobre a inclusão de disciplina de inteligência policial no CFP



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

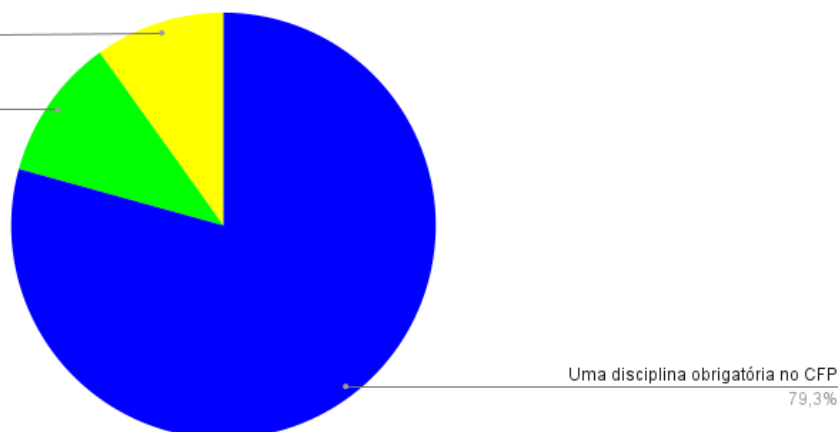
A quase unanimidade (97,3%) dos respondentes que consideram "muito relevante" a inclusão de uma disciplina específica sobre operações de inteligência no curso reflete uma clara percepção sobre a importância estratégica desse conteúdo. Apenas 1,8% julgaram essa inclusão como "pouco relevante", o que demonstra consenso entre os participantes sobre a necessidade de ampliar os saberes ligados à inteligência policial como parte essencial da formação.

Gráfico 3 – Opinião dos respondentes sobre como deve ser o conteúdo de inteligência policial

Na sua opinião, o conteúdo sobre inteligência policial deve ser:

Restrito aos cursos de especialização (ex:
9,9%

Um módulo complementar/optativo
10,8%



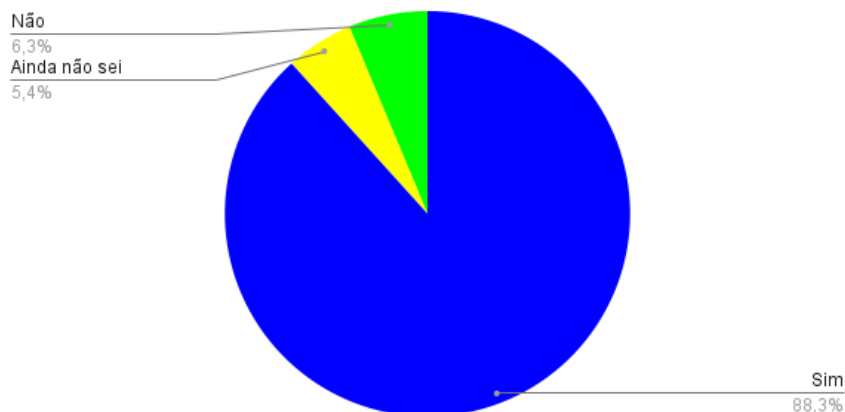
Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Ressalta-se que o questionário também investigou a percepção dos participantes sobre a melhor forma de inserção do conteúdo de inteligência policial na formação dos praças. De maneira expressiva, 84% dos respondentes indicaram que esse conteúdo deve ser estruturado como disciplina obrigatória no Curso de Formação de Praças (CFP), enquanto apenas 16% optaram por alternativas como módulo complementar ou restrição a cursos especializados, como o COIPM.

Os dados apontam para um consenso claro quanto à necessidade de formalizar esse ensino desde a formação inicial, evidenciando a compreensão de que, diante das atuais ameaças complexas e da presença do crime organizado, o policial militar deve ser capacitado desde o início para atuar com base em informações estratégicas. Nesse sentido, a inclusão obrigatória da disciplina não apenas fortalece o preparo operacional e preventivo, mas também valoriza a área de inteligência dentro da corporação, promovendo integração entre os níveis operacional, tático e estratégico conforme as diretrizes da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP).

Gráfico 4 – Interesse dos participantes em realizar futuramente o Curso de Operações de Inteligência da PMGO (COIPM).

Você teria interesse em realizar futuramente o Curso de Operações de Inteligência da PMGO (COIPM)?

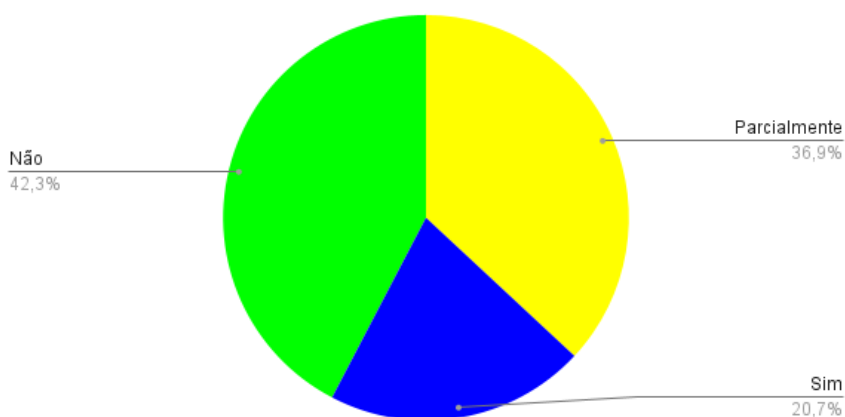


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O desejo de aprofundar os conhecimentos na área é evidente: 88,3% dos respondentes manifestaram interesse em realizar futuramente o Curso de Operações de Inteligência da PMGO. Apenas 6,3% não têm interesse, e 5,4% ainda estão indecisos. Esse alto percentual indica não apenas a receptividade ao tema, mas também o reconhecimento da inteligência como ferramenta indispensável no combate à criminalidade contemporânea.

Gráfico 5 – Percepção dos participantes sobre a preparação do curso de formação para enfrentar o crime organizado

Você considera que o atual curso de formação prepara adequadamente os alunos para lidar com o crime organizado?

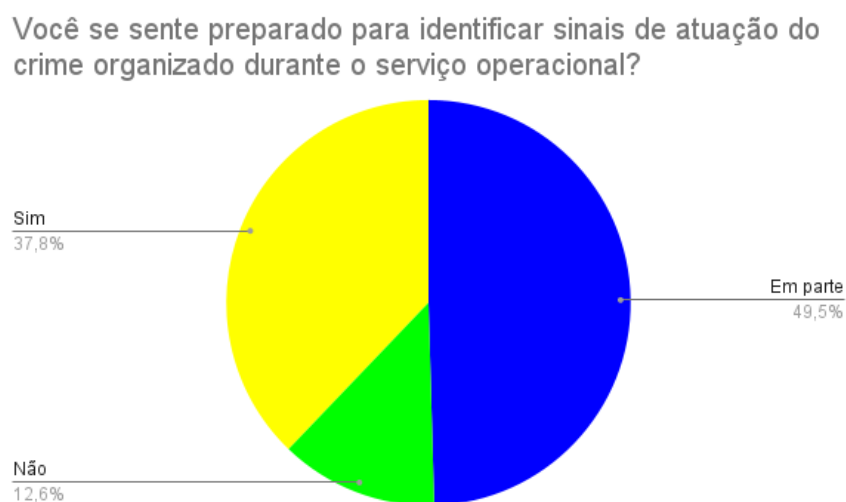


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os dados indicam que a maioria dos participantes não se considera suficientemente preparada para lidar com o crime organizado após concluir o Curso de Formação. Do total de respondentes, 42,3% afirmaram não ter recebido preparo adequado, enquanto 36,9% indicaram

ter sido parcialmente preparados. Apenas 20,7% se julgam efetivamente capacitados para enfrentar esse tipo de criminalidade. Essa percepção evidencia uma lacuna significativa na matriz curricular e reforça a necessidade de inserir, de forma estruturada, a disciplina de Operações de Inteligência na formação policial.

Gráfico 6 – Autoavaliação dos participantes sobre a capacidade de identificar sinais de atuação do crime organizado durante o serviço operacional



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

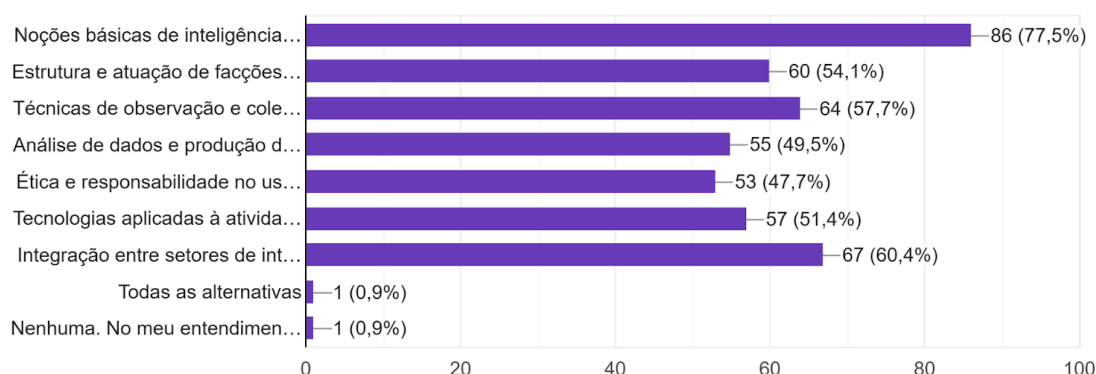
A percepção que os respondentes demonstram sobre sua capacidade de reconhecer sinais da atuação do crime organizado durante o serviço operacional evidencia lacunas significativas na formação profissional atual. Conforme os dados coletados, apenas 37,8% dos participantes afirmaram sentir-se plenamente preparados para esse enfrentamento, enquanto 49,5% indicaram possuir preparação apenas parcial, e 12,6% admitiram não ter qualquer preparo específico.

Esse panorama revela uma fragilidade estrutural na formação técnico-operacional voltada ao combate à criminalidade organizada. A insegurança dos profissionais em identificar comportamentos ou estruturas típicas de organizações criminosas sugere que os conteúdos relacionados à inteligência policial têm sido abordados de forma insuficiente ou pontual, sobretudo no CFP.

Gráfico 7 - Conteúdos considerados relevantes pelos participantes para uma futura disciplina de inteligência policial no curso de formação.

12. Considerando que atualmente não há uma disciplina específica sobre Inteligência Policial no Curso de Formação de Praças, quais conteúdos voc...s importantes caso essa disciplina fosse criada?

111 respostas



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os participantes considera essencial a inclusão de conteúdos de inteligência policial no Curso de Formação de Praças. O conteúdo mais apontado foi “Noções básicas de inteligência”, selecionado por 77,5% dos respondentes, seguido por “Integração entre setores de inteligência” (60,4%) e “Técnicas de observação e coleta de dados” (57,7%), evidenciando uma demanda por conhecimentos estruturantes e práticos no campo da inteligência.

Além disso, temas como “Estrutura e atuação de facções criminosas” (54,1%), “Tecnologias aplicadas à atividade” (51,4%) e “Análise de dados e produção de conhecimento” (49,5%) foram fortemente valorizados, demonstrando uma preocupação com o uso estratégico de ferramentas e dados no enfrentamento da criminalidade. O aspecto ético também aparece como relevante, com 47,7% dos participantes ressaltando a importância de abordagens sobre responsabilidade no uso da inteligência.

Em um cenário onde facções criminosas se estruturam com hierarquia definida, códigos de conduta próprios e emprego sofisticado de tecnologia, é fundamental que o policial disponha de habilidades analíticas e estratégicas, indo além do treinamento tático tradicional. O desenvolvimento dessas competências desde o início da formação não é apenas desejável, é imperativo. Elas permitem ao agente atuar com proatividade, interpretar padrões, antecipar ações coordenadas e prevenir ameaças à ordem pública.

Os achados desta pesquisa corroboram a hipótese central de que a inclusão sistemática e obrigatória de uma disciplina específica voltada à inteligência policial no CFP é não apenas viável, mas necessária. Mais do que responder aos desafios impostos pelas novas dinâmicas do crime organizado, essa inclusão representa um avanço na consolidação de uma prática policial técnica, eficaz, preventiva e em consonância com os princípios da legalidade. E mais ainda, ela

se alinha à expectativa dos próprios integrantes da corporação, que reconhecem a importância desse preparo para uma atuação mais segura e estratégica no cotidiano da segurança pública.

5 CONCLUSÃO

A realidade enfrentada pelos policiais militares no Estado de Goiás é marcada por desafios que vão muito além da patrulha diária. O avanço das facções criminosas, a complexidade das redes de tráfico e a articulação entre criminosos dentro e fora do sistema prisional exigem uma postura mais estratégica e menos reativa. Nesse cenário, o conhecimento em inteligência policial deixa de ser um diferencial e passa a ser uma necessidade básica para o exercício da função com segurança e eficácia.

A formação atual dos praças da PMGO, embora sólida em aspectos operacionais, ainda carece de conteúdos que preparem o policial para interpretar sinais, antecipar movimentos e compreender a lógica por trás das ações criminosas. A ausência de uma disciplina voltada à inteligência policial representa uma lacuna que compromete a capacidade de resposta da corporação frente às ameaças contemporâneas. A atuação policial exige mais do que técnica: exige leitura de contexto e tomada de decisão consciente.

A proposta de inserir a disciplina “Operações de Inteligência Policial” no Curso de Formação de Praças surge como uma resposta concreta a essa demanda. Mais do que ensinar procedimentos, ela busca desenvolver uma nova mentalidade: a de um policial que pensa antes de agir, que observa antes de intervir e que entende o ambiente antes de tomar decisões. Essa mudança não é apenas pedagógica, mas também cultural e institucional, refletindo diretamente na qualidade da atuação policial.

Ao ouvir os próprios policiais, tanto em formação quanto em exercício, percebe-se que há uma abertura e um desejo por esse tipo de conhecimento. Eles reconhecem que a inteligência policial pode ser a chave para uma atuação mais segura, eficiente e alinhada com a realidade das ruas. Isso mostra que a proposta não é apenas viável, mas urgente, pois responde a uma necessidade sentida por quem está na linha de frente do combate à criminalidade.

Além de fortalecer a atuação individual dos policiais, a disciplina contribui para a valorização da atividade de inteligência dentro da PMGO. Ela cria pontes entre setores, melhora o fluxo de informações e potencializa o trabalho das unidades especializadas. Em última instância, transforma a forma como a corporação se posiciona diante do crime organizado, promovendo uma cultura institucional voltada à análise crítica e à atuação preventiva. Portanto, investir na formação estratégica dos praças é investir na segurança da

sociedade. A inclusão da disciplina também se alinha às diretrizes nacionais que tratam da difusão do conhecimento de inteligência entre as forças de segurança pública.

REFERÊNCIAS

ABIN. **Doutrina da Atividade de Inteligência**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/abin/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/doutrina/Doutrina-da-Atividade-de-Inteligencia-2023>. Acessado em 22 de junho de 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública – DNISP**. Brasília: MJ, 2009.

BRASIL. **Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás. Portaria nº 720/2017**, de 23 de outubro de 2017. Institui o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Goiás (SISP/GO) e disciplina o Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM). Diário Oficial do Estado de Goiás, 2017.

BRASIL. **Lei nº 15.704, de 19 de setembro de 2006**. Dispõe sobre o ingresso nas carreiras de Praças e de Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Goiás*, Goiânia, GO, 19 set. 2006. Disponível em: <https://www.gabinetecivil.go.gov.br/>. Acessado em 22 de junho de 2025.

BRASIL. **Lei nº 16.901, de 26 de janeiro de 2010**. Altera a Lei nº 15.704, de 19 de setembro de 2006, tornando obrigatória a exigência de curso superior para ingresso na carreira de praça da Polícia Militar do Estado de Goiás. *Diário Oficial do Estado de Goiás*, Goiânia, GO, 26 jan. 2010. Disponível em: <https://www.gabinetecivil.go.gov.br/>. Acessado em 22 de junho de 2025.

BRASIL. **Portaria nº 13.313, de 2020**. Aprova a Instrução Normativa IS nº 3-PM – Regimento de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás. Goiânia, GO: Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás, 2020. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/>. Acessado em 22 de junho de 2025.

BRASIL. **Resolução CEE nº 05, de 23 de fevereiro de 2017**. Reconhece a Academia da Polícia Militar de Goiás como Escola de Governo, autorizando a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu. *Diário Oficial do Estado de Goiás*, Goiânia, GO, 23 fev. 2017. Disponível em: <https://www.cee.go.gov.br/>. Acessado em 22 de junho de 2025.

FERRO, Celso Moreira. **O raciocínio da organização policial**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF, 28 maio 2010. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/coluna/608/o-raciocinio-da-organizaca-policial>. Acessado em 22 de junho de 2025.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **17.º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acessado em 22 de junho de 2025.

GENENA, Samia Kamal; DA CRUZ, Tércia Maria Ferreira. O papel da inteligência no enfrentamento ao crime organizado: a experiência do Estado de Santa Catarina. **Revista**

Brasileira de Estudos de Segurança Pública, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 2–11, 2014. DOI: 10.29377/rebsp.v6i1.163. Disponível em: <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/163>. Acessado em 22 de junho de 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, Joanisval Brito. O papel da inteligência no enfrentamento ao crime organizado. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, Goiânia, v. 7, n. 2, 2014. Disponível em: <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/163>. Acessado em 22 de junho de 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARTINS, Danilo Chinaglia et al. Análise da Política e da Estratégia Nacionais de Inteligência de Segurança Pública sob a perspectiva das capacidades organizacionais. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, Brasil, v. 13, n. 10, p. 241–266, 2022. DOI: 10.31412/rbcp.v13i10.967. Disponível em: <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/967/?form=MG0AV3>. Acessado em 22 de junho de 2025.

PMGO. Polícia Militar do Estado de Goiás. **Manual Operacional do Curso de Operações de Inteligência – COIPM**. Goiânia: Diretoria de Inteligência – PM/2, 2022.

SENASP – **Secretaria Nacional de Segurança Pública**. Manual de Atividade de Inteligência de Segurança Pública. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022.

SILVA, Wellington Clay Porcino. O conceito de atividade de inteligência policial. **Revista Jus Navigandi, Teresina**, ano 17, n. 3444, 5 dez. 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/23165>. Acessado em 22 de junho de 2025.

APENDICE A – QUESTIONÁRIO

04/09/2025, 13:23

Questionário Inteligência Policial

Questionário Inteligência Policial

Investigar a percepção dos policiais militares acerca da inserção da disciplina de Operações de Inteligência no Curso de Formação dos Praças da Polícia Militar

* Indica uma pergunta obrigatória

1. 1. Já teve contato prévio com o tema “inteligência policial”? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

2. 2. Na sua visão, qual a importância da inteligência policial para a atuação do soldado da PMGO? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Importante
☐ Muito importante
☐ Não importante
☐ Indiferente

3. 3. Você considera que o atual curso de formação prepara adequadamente os alunos para lidar com o crime organizado? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Parcialmente

04/09/2025, 13:23

Questionário Inteligência Policial

4. 4. Durante o curso, você teve acesso a algum conteúdo relacionado à atividade de inteligência policial? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

5. 5. Acredita que a inclusão de uma disciplina específica sobre operações de inteligência policial no CFP seria: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Muito Relevante

☐ Pouco Relevante

☐ Irrelevante

6. 6. Na sua opinião, o conteúdo sobre inteligência policial deve ser: *

Marcar apenas uma oval.

☐ Uma disciplina obrigatória no CFP

☐ Um módulo complementar/optativo

☐ Restrito aos cursos de especialização (ex: COIPM)

7. 7. Você se sente preparado para identificar sinais de atuação do crime organizado durante o serviço operacional? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Em parte

☐ Não

04/09/2025, 13:23

Questionário Inteligência Policial

8. 8. Você é capaz de identificar o líder de alguma facção criminosa atuante em Goiás *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

9. 9. Que habilidades ou conhecimentos, relacionados à inteligência policial, você considera indispensáveis para a atuação cotidiana do soldado? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Reconhecer lideranças das facções criminosas
☐ Entender a dinâmica no crime organizado no cenário contemporâneo
☐ Conhecer a dinâmica da lavagem de capitais escondida por trás de atividades lícitas
☐ Todas as anteriores

10. 10. Você teria interesse em realizar futuramente o Curso de Operações de Inteligência da PMGO (COIPM)? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Ainda não sei

11. 11. O que julgaria mais relevante com a matéria de Operações de Inteligência ? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Identificar integrantes (chefes) de Orcrims
☐ Entender como lavam o dinheiro da facção
☐ O aumento do conhecimento que seria utilizado no policiamento operacional
☐ Outro: _____

04/09/2025, 13:23

Questionário Inteligência Policial

12. 12. Considerando que atualmente não há uma disciplina específica sobre Inteligência Policial no Curso de Formação de Praças, quais conteúdos você considera mais importantes caso essa disciplina fosse criada? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Noções básicas de inteligência e contrainteligência
- ☐ Estrutura e atuação de facções criminosas em Goiás
- ☐ Técnicas de observação e coleta de informações no patrulhamento
- ☐ Análise de dados e produção de conhecimento policial
- ☐ Ética e responsabilidade no uso de informações sensíveis
- ☐ Tecnologias aplicadas à atividade de inteligência
- ☐ Integração entre setores de inteligência e patrulhamento
- ☐ Outro: _____

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários